

PPCERRADO



Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado – PPCerrado (4ª Fase – 2023 a 2027)

Consulta Pública: 13/09 a 12/10

Foto: Fernando Tatagiba/ICMBio

André Lima

Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial – SECD/MMA

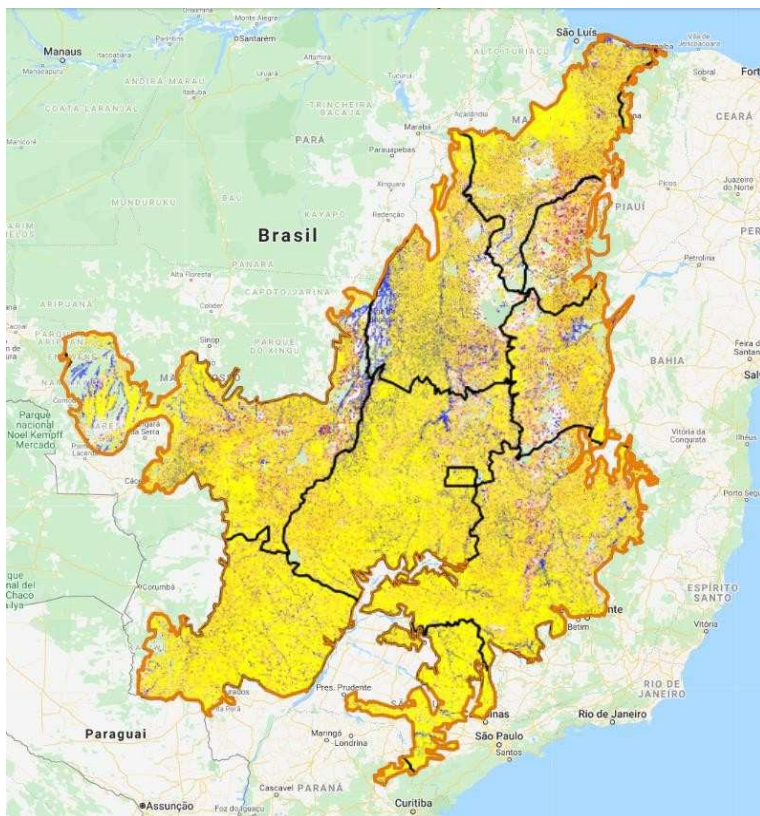
MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Conteúdo

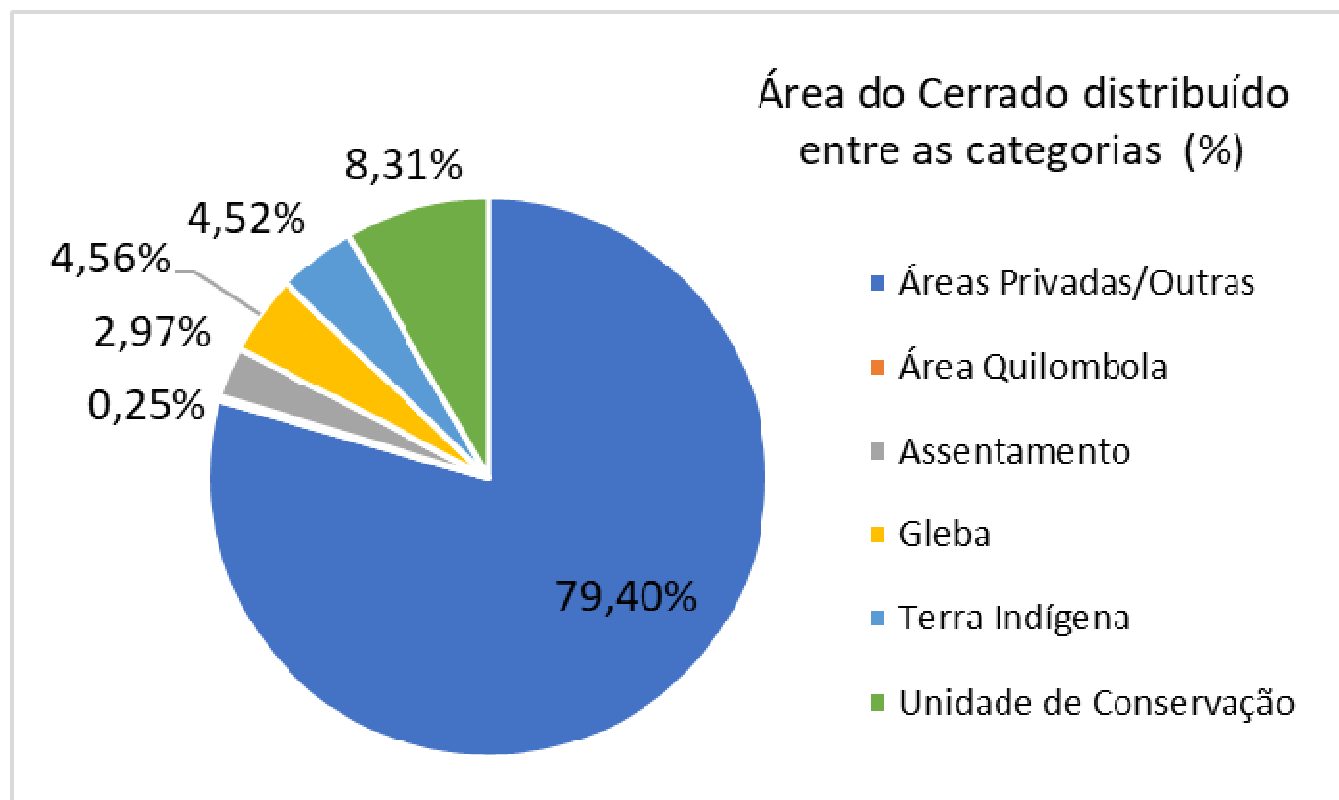
- 1. Contextualização do bioma**
- 2. Desmatamento no Cerrado**
 - 2.1. Dinâmica**
 - 2.2. Principais Causas e Consequências**
- 3. Políticas de Controle do Desmatamento no Cerrado**
 - 3.1. 4ª Fase do PPCerrado**
 - 3.1.1. Base Legal e Governança**
 - 3.1.2. Eixos e Objetivos Estratégicos**
 - 3.1.3. Principais ações**
 - 3.1.4. Consulta Pública**

1. Contextualização: BIOMA CERRADO



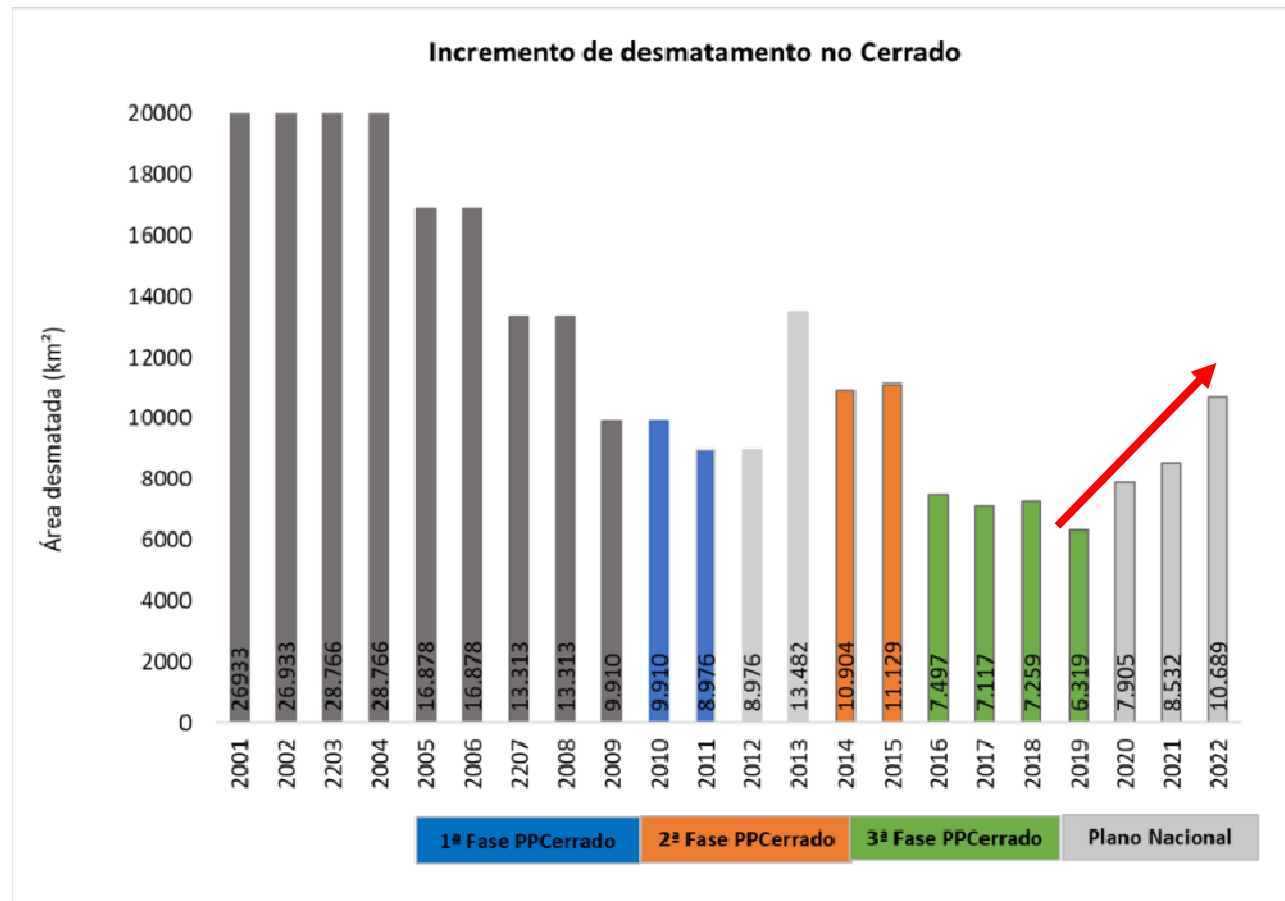
- Ocupa mais de 23% do território nacional e está presente em 13 estados: PR, SP, MS, MT, GO, DF, MG, TO, BA, PI, MA, PA e RO;
- “Berço das águas” ou “caixa d’água do Brasil”: Situado sobre os maiores e mais profundos aquíferos do continente (Guarani, Urucuaia e Bamuí), no bioma formam-se importantes afluentes das maiores bacias hidrográficas do continente: Amazônica; Tocantins-Araguaia; Nordeste Ocidental (ou Meio-norte); Parnaíba; São Francisco; Paraná; Paraguai (Pantanal) e parte da bacia do Atlântico Leste;
- Possui mais de 20 fitofisionomias distintas, sendo um dos principais *hotspots* de biodiversidade do planeta, rico em espécies endêmicas;
- É responsável pela maior parte da produção agropecuária do país: 54% do valor da produção agrícola e 44% do rebanho bovino provêm de municípios inseridos no bioma (fonte: Produção Agrícola e Pecuária Municipal);
- Possui apenas 47% da vegetação nativa original – em duas décadas perdeu cerca de 12% da vegetação nativa;

1. Contextualização: classificação fundiária no Cerrado



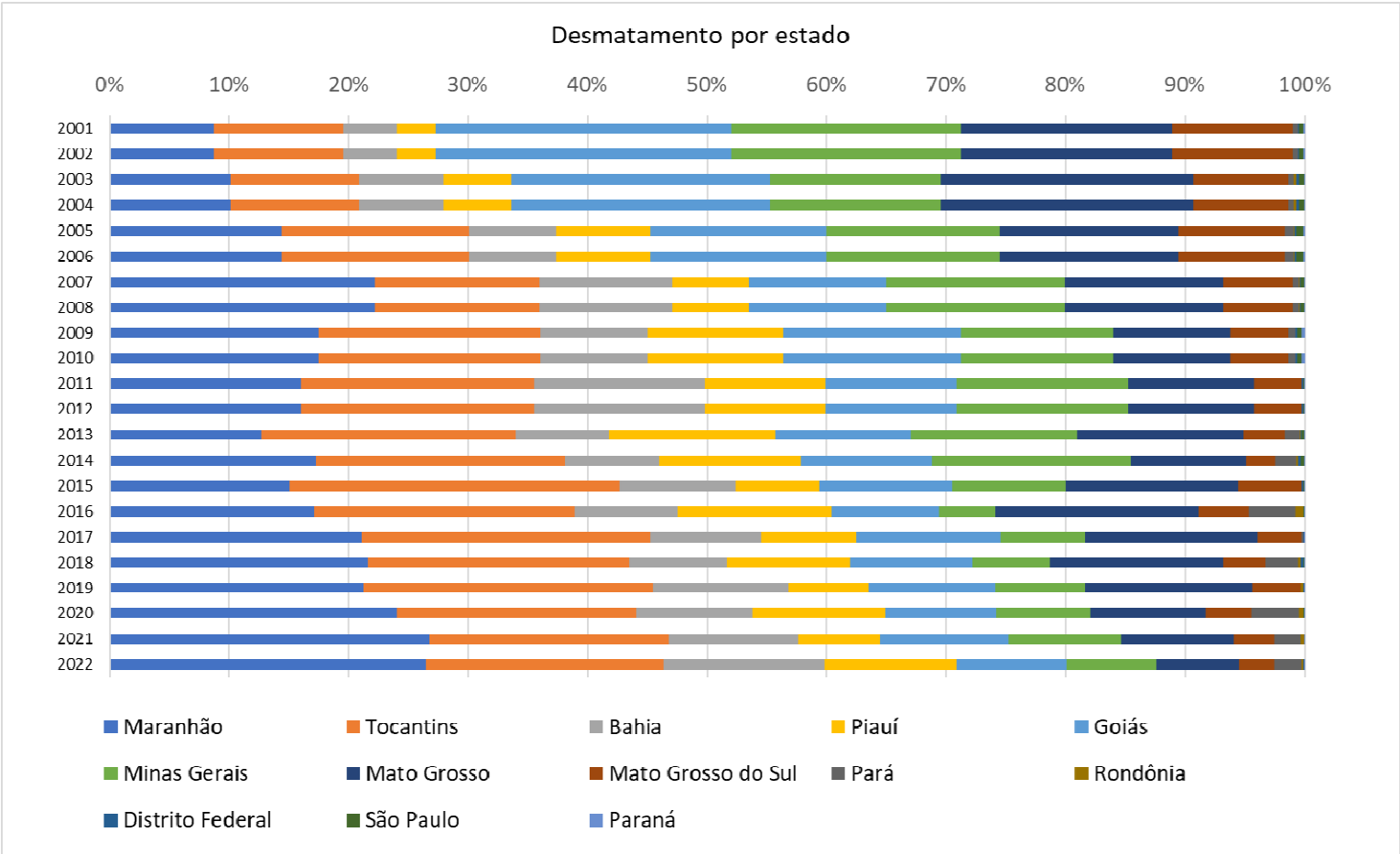
Fonte: Dados produzidos pelo DPCD/SECD/MMA a partir de dados geográficos da FUNAI (Terras Indígenas), CNUC (Unidades de Conservação), INCRA (Área quilombola, Assentamentos, Glebas) e IBGE (bioma)

2. Dinâmica do Desmatamento no Cerrado (série histórica)



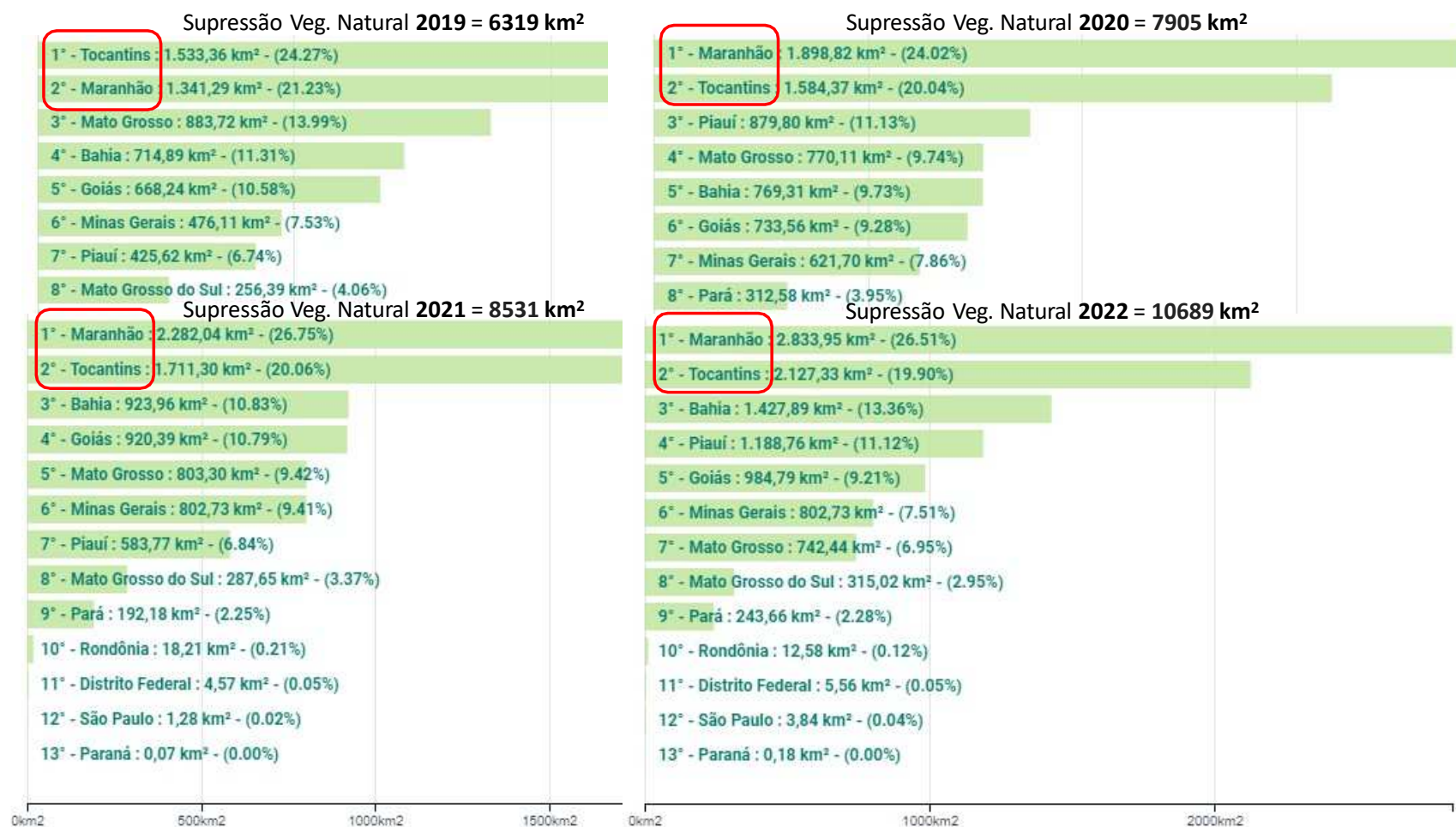
Fonte: Análise DPCD/Prodes
<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>

Distribuição estadual desmatamento (Prodes/Inpe)



Fonte: Análise DPCD/Prodes

Estatística do Prodes/Inpe (últimos 4 anos)



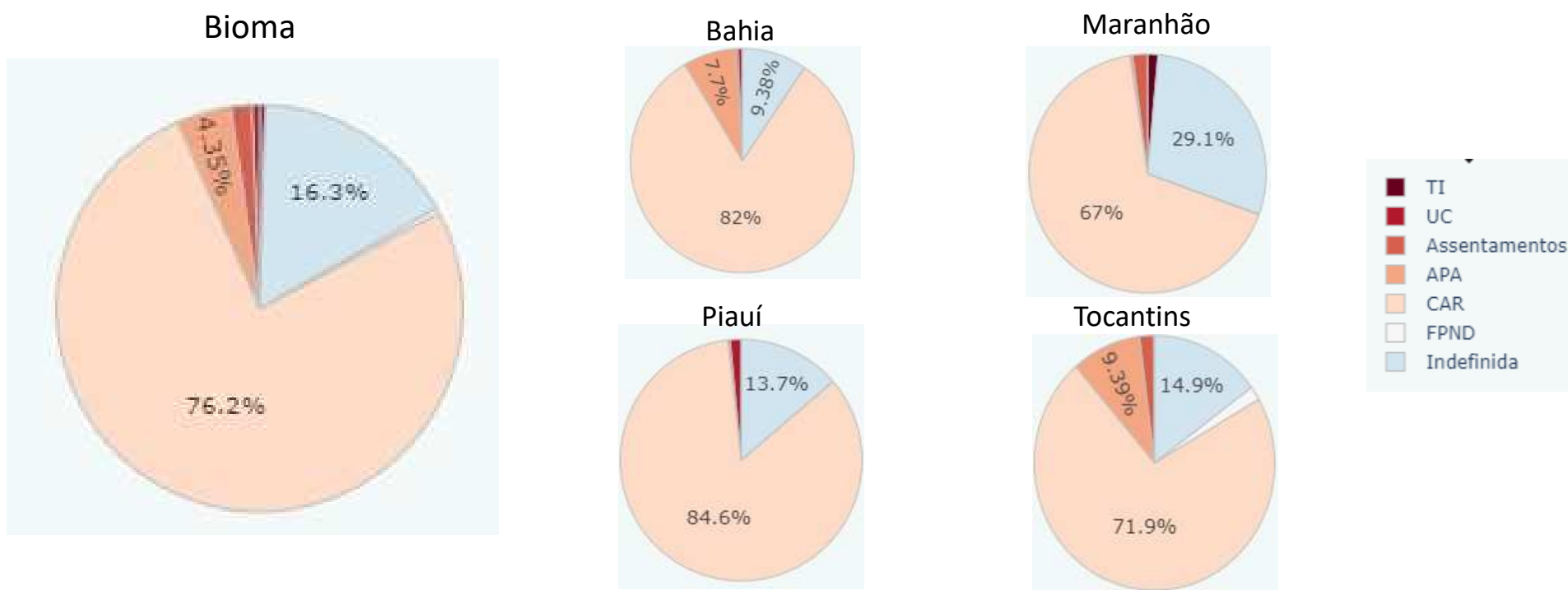
Distribuição desmatamento nas categorias fundiárias

Estados	Área Quilombola	Terra Indígena	Unidade de Conservação*	Assentamento	Terra Pública Não Destinada	Área Privada/Outras
Bahia			24,85%	0,74%		74,41%
Distrito Federal			98,61%			1,39%
Goiás	0,61%	0,02%	6,72%	5,68%	0,04%	86,93%
Maranhão	0,10%	1,89%	2,69%	3,94%	0,83%	90,55%
Minas Gerais	0,21%	0,06%	2,48%	2,64%		94,60%
Mato Grosso do Sul		0,35%	1,79%	0,93%		96,92%
Mato Grosso	0,07%	2,64%	4,19%	11,31%	9,36%	72,43%
Pará	0,00%	0,26%		6,67%	66,79%	26,27%
Piauí	0,01%		2,54%	1,35%	0,11%	95,99%
Paraná			54,63%			45,37%
Rondônia		0,03%			99,97%	
São Paulo			1,65%			98,35%
Tocantis	1,05%	0,05%	9,69%	3,00%	19,77%	66,44%
Contribuição da categoria (%)	0,32%	0,72%	7,45%	3,58%	6,50%	81,44%

* Inclui Área de Proteção Ambiental

Fonte: Análise DPCD/Prodes

Distribuição desmatamento nas categorias fundiárias



Fonte: Prodes/Inpe 2022

Dominialidade do desmatamento (Prodes 2022)

Dominialidade do desmatamento				
Estados	Áreas Federais	Áreas Estaduais*	Áreas Municipais**	Áreas Privadas ou Sem Informação
Bahia	0,95%	24,63%		74,41%
Distrito Federal	93,83%	4,78%		1,39%
Goiás	9,06%	3,96%	0,05%	86,93%
Maranhão	6,96%	2,49%		90,55%
Minas Gerais	3,10%	2,23%	0,07%	94,60%
Mato Grosso do Sul	1,34%	0,04%	1,70%	96,92%
Mato Grosso	24,37%	3,00%	0,20%	72,43%
Pará	73,73%	0,00%		26,27%
Piauí	4,01%	0,00%		95,99%
Paraná	0,00%	54,63%		45,37%
Rondônia	100,00%	0,00%		0,00%
São Paulo	0,00%	1,65%		98,35%
Tocantis	23,87%	9,69%		66,44%
Contribuição da categoria (%)	11,86%	6,63%	0,07%	81,44%

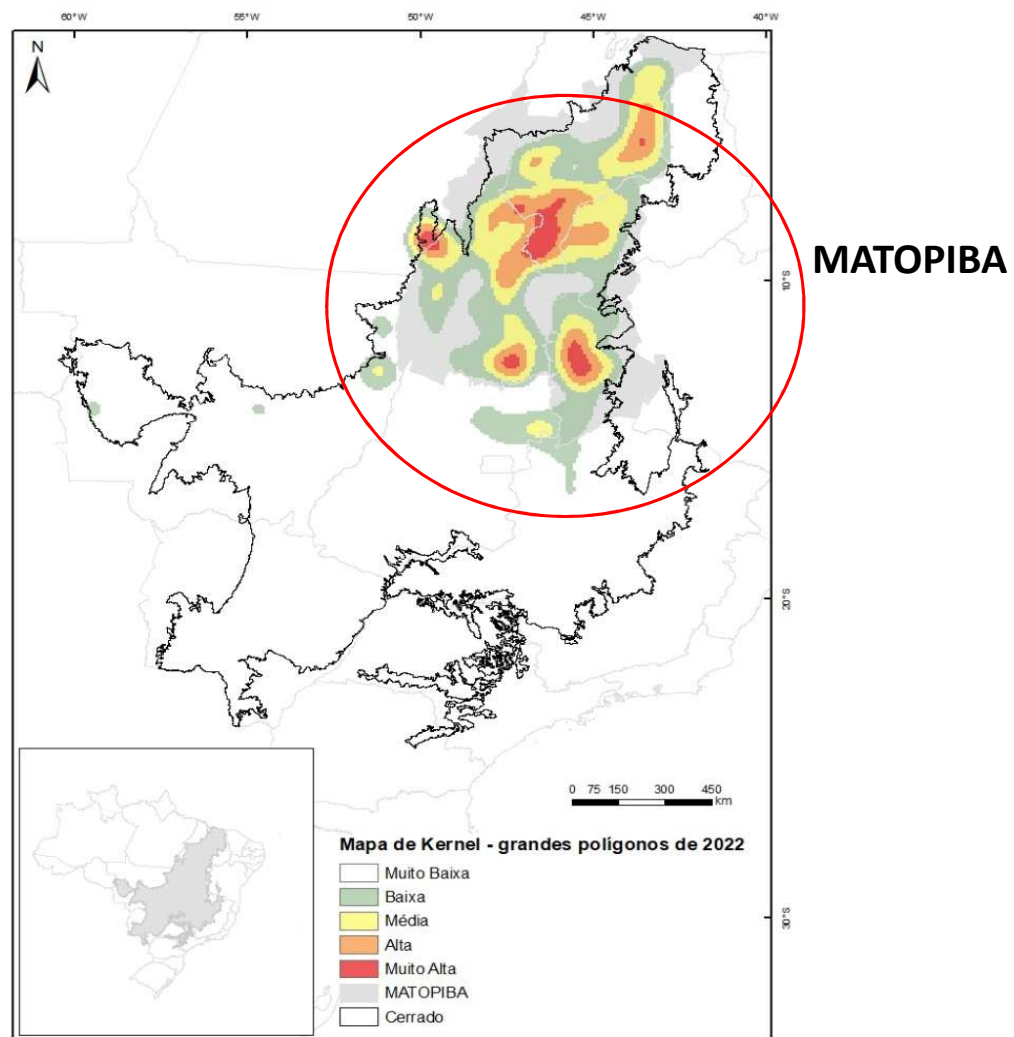
* Inclui quilombos e unidades de conservação

** Inclui unidades de conservação

Competência da fiscalização ambiental:
LC n. 140/2011 (“quem licencia => fiscaliza”)

Fonte: Análise DPCD/SECD

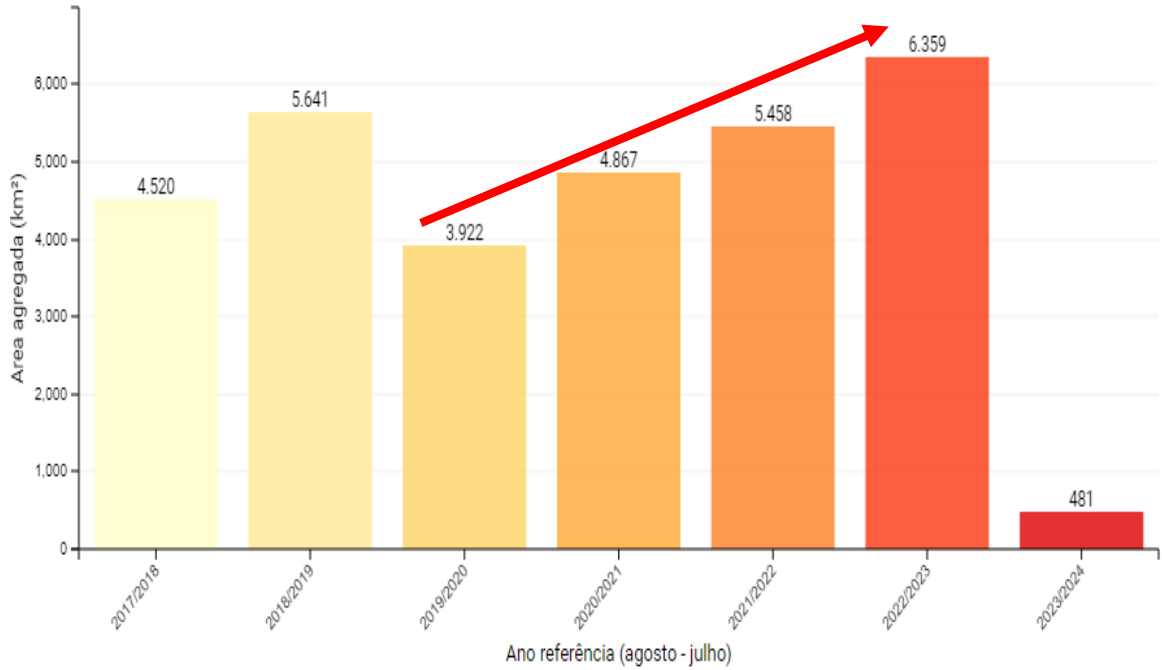
Concentração do desmatamento (Prodes 2022)



Fonte: Análise DPCD/SECD

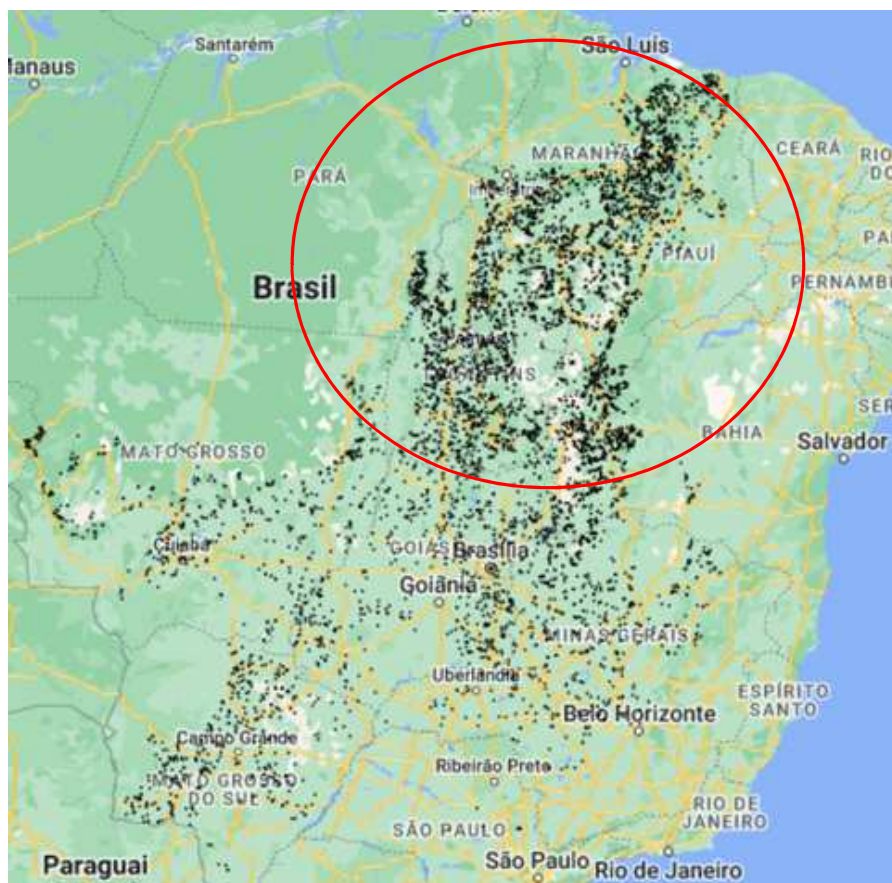
Sistema Deter/Inpe – alertas de desmatamento

Área por anos



Sistema Deter/Inpe – alertas de desmatamento

MATOPIBA



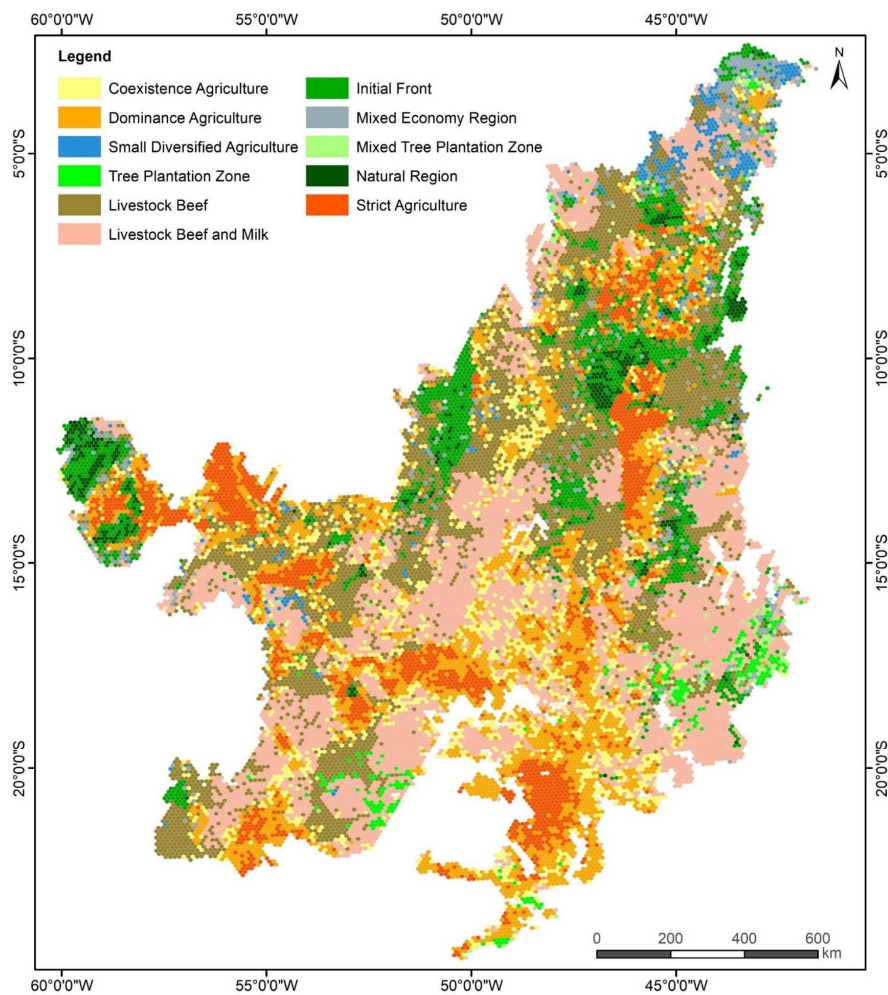
Fonte: Deter ago/22 a jul/23

Autorização para Supressão de Vegetação - ASV

BAHIA			MARANHÃO		
Ano (civil)	Área autorizada (ha)	Prodes (ha)	Ano (civil)	Área autorizada (ha)	Prodes (ha)
2019	10.887,65	71.489	2019		134.129
2020	6.004,87	76.931	2020		189.882
2021	100.813,72	92.396	2021		228.204
2022	211.168,99	142.789	2022	124.482,49	283.395
2023	17.199,05	142.954*	2023	201.077,77	124084*
Total	346.074,28	526.559**	Total período	325.560,26	959.694**
~50% execução					
PIAUI			TOCANTINS		
Ano (civil)	Área autorizada (ha)	Prodes (ha)	Ano (civil)	Área autorizada (ha)	Prodes (ha)
2019		42.562	2019	430,8	153.336
2020		87.980	2020	41.688,93	158.437
2021	4.095,37	58.377	2021	130.527,00	171.130
2022	42.270,42	118.876	2022	212.305,10	212.733
2023	32.321,72	76.473*	2023	125.209,05	101.066*
Total período	78.687,51	384.268**	Total período	510.160,88	796.702**
~50% execução					
*Deter jan a 20/08					
** Somatório Prodes e Deter 2023					

Fonte: OEMAS

TerraClass (Inpe/Embrapa) – Análise de Paisagens



TerraClass 2018 => 2020:

- Agricultura expandiu em 4,7% e áreas de pastagem cresceram 1,7% no Cerrado;
- No Matopiba, no período, a área de cultivo agrícola expandiu 54% e de pastagem 5,6%.

2.2. Principais causas e consequências

➤ Causas principais do desmatamento no Cerrado:

- Desmatamento ilegal vinculado às cadeias produtivas (agropecuária);
- Especulação imobiliária (média de R\$3.633/ha de vegetação nativa, sendo no Matopiba R\$ 1688/ha. Pastagens custam em média R\$ 8.657/ha e no Matopiba custam R\$ 3.038/ha. Áreas de agricultura: R\$ 50 – 60 mil/ha: 400 a 500 scs de soja);
- Expansão agrícola e gestão hídrica ineficaz;
- Baixo nível de reconhecimento das áreas protegidas;
- Manejo inadequado do fogo.

➤ Consequências:

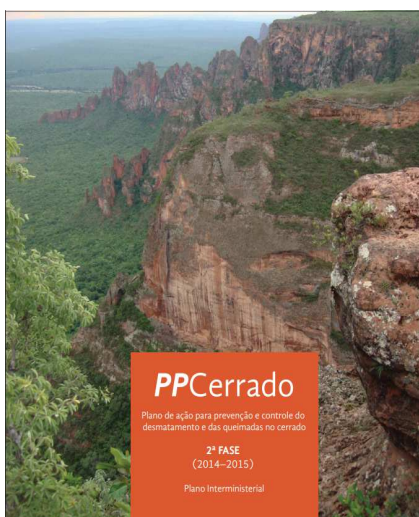
- Perda da biodiversidade (sensibilidade de alguns ecossistemas => endemismo)
- Questão hídrica: estudos apontam a redução de 15,4% vazão dos rios no Cerrado entre 1985 e 2022;
- Solo: fragilidade dos solos
- Povos e Comunidades Tradicionais: expulsos das terras tradicionalmente ocupadas



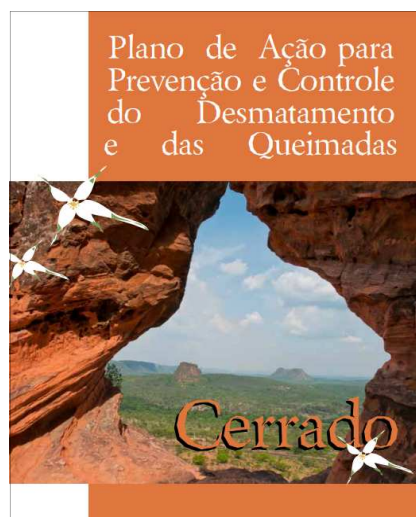
3. Políticas de Controle do desmatamento o Cerrado

Decreto s/n de 15 de setembro de 2010

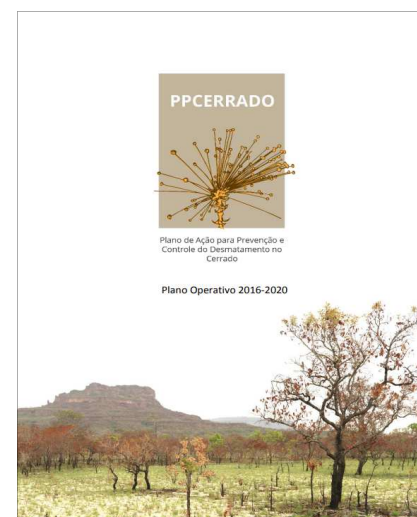
Histórico



1ª Fase: 2010 a 2011



2ª Fase: 2014 a 2015



3ª Fase: 2016 a 2020

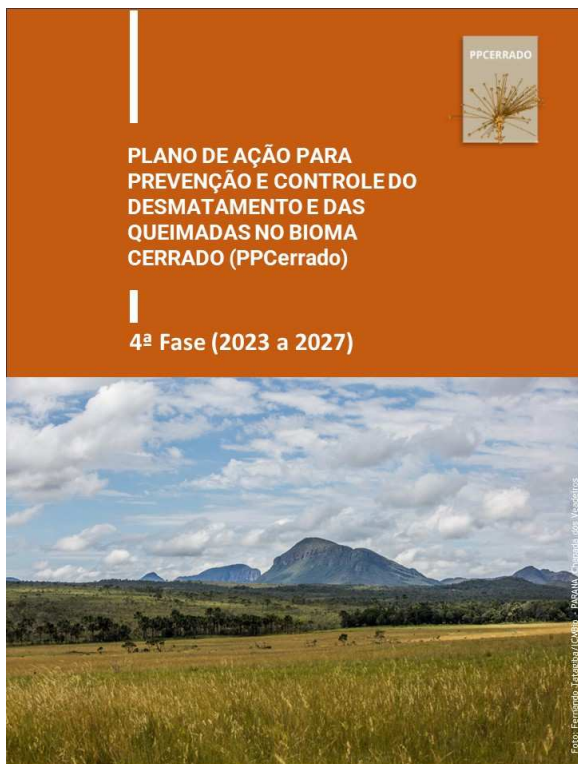
Em 2019 o PPCerrado foi revogado pelo Decreto n. 10.142/2019

3. Políticas de Controle do desmatamento o Cerrado

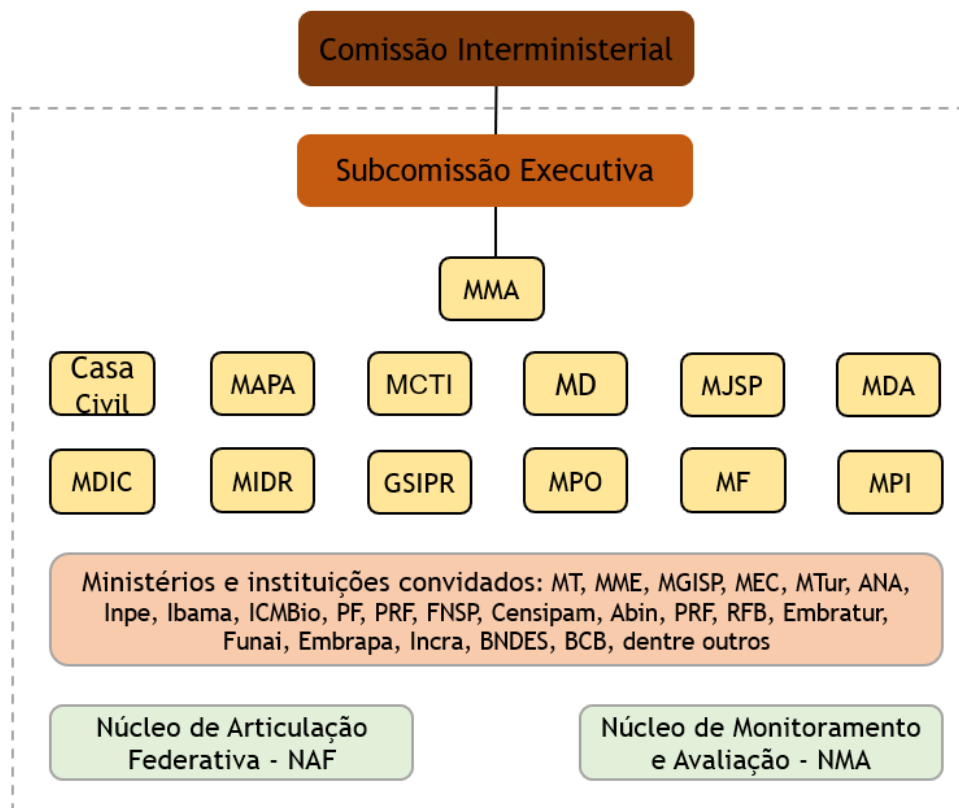
PRINCIPAIS RESULTADOS HISTÓRICOS DO PPCerrado
Eixo I: Atividades produtivas sustentáveis
Produtos do Cerrado inseridos na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)
ATER em atividades sustentáveis para mais de 100.000 famílias
Capacitação de mais de 2.000 famílias em ATER para manejo florestal e comunitário
Capacitação de mais de 13.000 produtores em tecnologias agropecuárias sustentáveis
Eixo II: Monitoramento e controle ambiental
Implementação do Cadastro Ambiental Rural
Elaboração da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e implementação do manejo integrado do fogo em áreas federais (unidades de conservação, terras indígenas e território quilombola)
Monitoramento do Desmatamento no Cerrado: Prodes Cerrado / Deter Cerrado.
Avaliação do uso e cobertura da terra no Cerrado: Programa TerraClass
Mais de 20.000 áreas embargadas
Eixo III: Ordenamento fundiário e territorial
Declaração de posse tradicional de terras indígenas
Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)
Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação
Elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Eixo IV: Instrumentos normativos e econômicos
Mais de 4.000 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde
Expansão da ENREDD+ para o Cerrado
Produção do Nível de Referência para Emissões Florestais para o Cerrado
Elegibilidade DF e TO para captação de recursos REDD+
Ações conservação da biodiversidade em áreas privadas

3.1. 4ª Fase do PPCerrado (2023 a 2027)

Retomada da gestão ambiental pelo governo federal



Decreto n. 11.367/2023 - Governança

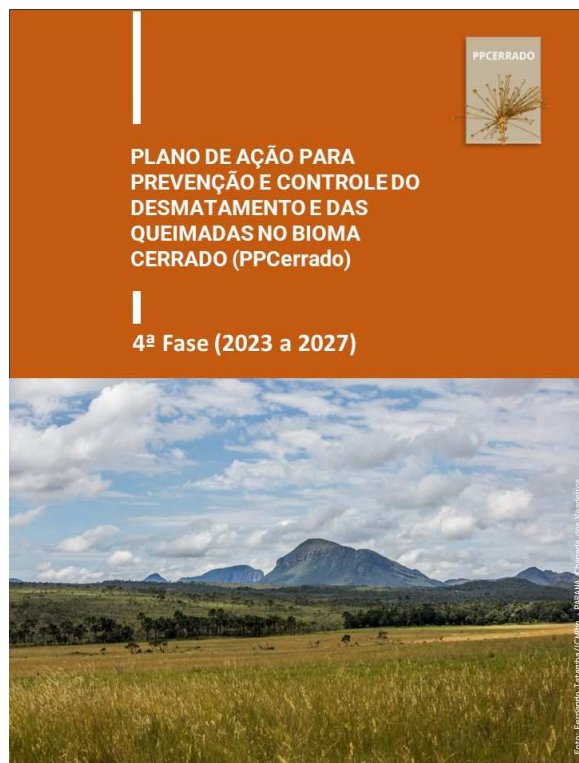


13 Ministérios:
coordenação MMA

22 atores convidados entre ministérios e instituições
federais vinculadas

3.1. 4ª Fase do PPCerrado (2023 a 2027)

Retomada da gestão ambiental pelo governo federal



Meta global: desmatamento zero até 2030

No âmbito do PPCerrado, o desmatamento zero refere-se à **eliminação do desmatamento ilegal** e à **compensação da supressão legal de vegetação nativa e das emissões de gases de efeito estufa delas provenientes**, através do fortalecimento da implementação da legislação florestal e da recuperação e aumento de estoque da vegetação nativa por meio de incentivos econômicos para a conservação e manejo florestal sustentável.

3.1.2. Eixos e Objetivos da 4ª Fase do PPCerrado

Eixos	Objetivos Estratégicos
Eixo I. Atividades produtivas sustentáveis	1. Promover a sociobioeconomia, o manejo florestal sustentável e a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas
	2. Estimular atividades agropecuárias sustentáveis
	3. Ampliar a pesquisa, a produção de conhecimento, a formação e a assistência técnica para as atividades produtivas sustentáveis
Eixo II. Monitoramento e controle ambiental	Objetivo 4. Fortalecer a atuação das instituições federais e garantir a responsabilização pelos crimes e infrações administrativas ambientais ligados ao desmatamento, à ocorrência de incêndios florestais e à degradação florestal no Cerrado
	Objetivo 5. Aprimorar a capacidade de controle e monitoramento do desmatamento, incêndios florestais, degradação e cadeias produtivas
	Objetivo 6. Implementar o Manejo Integrado do Fogo
	Objetivo 7. Avançar no controle e na regularização ambiental com o aprimoramento e integração de dados do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) e do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, de embargos e de outras soluções
Eixo III. Ordenamento fundiário e territorial	Objetivo 8. Fortalecer a articulação com os estados do Cerrado para promoção de ações estruturantes para o controle de desmatamento e incêndios florestais
	Objetivo 9. Garantir a destinação de terras públicas para proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, especialmente para povos indígenas, comunidades quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares
	Objetivo 10. Ampliar e fortalecer a gestão das áreas protegidas
Eixo IV. Instrumentos normativos e econômicos	Objetivo 11. Coordenar e/ou alinhar o planejamento dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura com a meta de desmatamento zero até 2030
	Objetivo 12. Criar, aperfeiçoar e implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento

3.1.3. Principais linhas de ação da 4ª Fase do PPCerrado

Eixos	Principais linhas de ação
Eixo I. Atividades produtivas sustentáveis	Programas e ações de apoio à sociobioeconomia no Cerrado
	Promover negócios sustentáveis e criar empregos verdes, fortalecendo a bioeconomia, transição agroecológica e etnodesenvolvimento.
	Promover o manejo florestal sustentável e as boas práticas de produção para a exploração econômica das espécies nativas madeireiras e não madeireiras Incentivar a pecuária e a produção de grãos sustentáveis, com a diminuição da pressão sob áreas críticas de desmatamento
Eixo II. Monitoramento e controle ambiental	Fortalecer a atuação das instituições federais responsáveis pela investigação e fiscalização e garantir a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais
	Implementar o Programa de Brigadas Federais e o Manejo Integrado do Fogo
	Integrar os dados de Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), Autorizações para Uso Alternativo do Solo (UAS) e embargos sob responsabilidade dos entes federativos no Sinaflor e SICAR. Apoiar na elaboração dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas - PPCDQs no Cerrado.
Eixo III. Ordenamento fundiário e territorial	Realizar a destinação de terras públicas federais para proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, reconhecimento de direitos territoriais e prevenção e controle do desmatamento.
	Apoiar os estados na identificação, arrecadação e destinação das terras públicas estaduais
	Aprimorar os fluxos de procedimentos relativos às ações de regularização fundiária e estruturar cadastro multifinalitário e interoperável
	Estabelecer força-tarefa permanente para a identificação e investigação de fraudes em pedidos de regularização fundiária e titulação
	Criar e consolidar Unidades de Conservação e identificar, delimitar, demarcar, homologar e regularizar Terras Indígenas e Territórios Quilombolas
	Apoiar a elaboração e revisão do ZEE e Elaborar e revisar o zoneamento agroecológico (ZAE) e o zoneamento agrícola de risco climático (ZARC) Estruturar sistemas de informação para a gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos

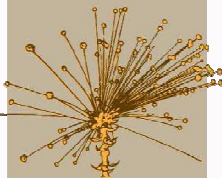
3.1.3. Principais linhas de ação da 4ª Fase do PPCerrado

Eixo IV. Instrumentos normativos e econômicos	Estabelecer ações de coordenação e governança inter-fundos e projetos especiais e propor a criação de um fundo específico para o Cerrado
	Estimular a criação ou expansão de mecanismos de financiamento públicos e/ou privados para os negócios da bioeconomia
	Ampliar o acesso a capitais e mercados para cooperativas e associações de pequenos produtores de alimentos e demais produtos
	Realizar alinhamento progressivo do crédito rural para contribuir com a meta de desmatamento zero até 2030
	Ampliar a análise e a validação do CAR no Cerrado para assegurar que os produtores rurais acessem os benefícios por desempenho ambiental introduzidos no Plano Safra 2023-2024
	Revisar o decreto que regulamenta a Cota de Reserva Ambiental
	Revisar e implementar a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+)
	Fortalecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater)
	Revisar dispositivos da Lei de Crimes Ambientais, do Código Florestal e do Decreto nº 6.514/2008 para aumentar as penas e a punibilidade relacionadas aos crimes ambientais contra a flora, incluindo os incêndios florestais
	Regulamentar o mercado de carbono no Brasil
	Aprimorar o processo de regularização dos territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
	Instituir instrumento normativo para padronizar os critérios para emissão e integração de dados das Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV) e autorização para Uso Alternativo do Solo (UAS)

3.1.4. Consulta Pública

- Instrumento de participação social e melhoria na formulação das políticas públicas
- Prazo: 30 dias (até dia 12/10)
- Contribuições em geral (texto e quadro-síntese)
- Link de acesso: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-ppcerrado>
- Após, as contribuições seguirão para análise técnica do MMA e membros e convidados da Subcomissão Executiva
- Previsão de lançamento do plano: meados de novembro.

PPCERRADO



Plano de Ação para Prevenção e
Controle do Desmatamento no
Cerrado

OBRIGADO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Foto: Fernando Tatagiba / ICM Bio